ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 58/2000

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS
APROVADO DATA 29/09/2000
Votação: Maioria Absoluta
Presidente Secretário

FIXA A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA PARA A LEGISLATURA 2001/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACIR ANTÔNIO SALVI, Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul,

Faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Emenda Constitucional nº 19/98, combinada com a Emenda Constitucional nº 25-00, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º: - O subsídio dos Vereadores para a legislatura 2001/2004 é o fixado nesta Lei, observados sempre os limites estabelecidos nos arts. 29 e 29-A, da Constituição Federal.

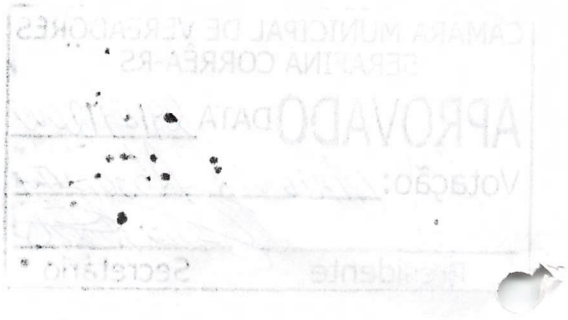
Art. 2º: - Os vereadores perceberão a partir de 1º de janeiro de 2001, subsídio mensal no valor de R$ 987,00 (novecentos e oitenta e sete reais).

§ 1º:- O Presidente da Câmara perceberá, juntamente com o subsídio, a título de verba de representação, a importância de R$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais).

§ 2º: - Os valores fixados nos termos deste artigo, a partir de 1º de janeiro de 2001, serão reajustados na mesma data e índice em que forem reajustados os vencimentos dos servidores do Município.

§ 3º: - No caso de reajustamentos diferenciados, inclusive em decorrência de reclassificação ou rreavaliação de cargos, aplicar-se-á a média ponderada dos percentuais incidentes sobre os padrões dos cargos de provimento efetivo, cabendo à Mesa, em todos os casos, por resolução, declarar o valor do subsídio.

Art. 3º: - A licença do Vereador por doença, devidamente comprovada, será remunerada integralmente, cabendo ao Legislativo, se for o caso, complementar o valor pago pela instituição previdenciária a que se vincular o Vereador.



Art. 4º: - Em caso de viagem para fora do Município, a serviço ou representação da Câmara, deliberada pelo plenário, o Vereador poderá perceber diárias fixadas pela mesma.

Art. 5º: - A Câmara Municipal quando convocada, no recesso, para sessão extraordinária, somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada, recebendo os Vereadores a título de indenização valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio.

Parágrafo Único: - A indenização de que trata este artigo não poderá, por mês, ser superior ao subsídio.

Art. 6º: - As ausências do Vereador às sessões ordinárias determinará o desconto no subsídio de 25% (vinte e cinco por cento), por sessão.

Art. 7º: - Os Vereadores, no mês de dezembro, além do subsídio normal, perceberão na forma e datas em que for paga a gratificação de natal aos servidores municipais, o valor correspondente a um subsídio vigente no mês de dezembro.

Parágrafo Único: - As interrupções do exercício do mandato, por cada período maior de quatorze dias, determinará a redução de 1/12 do valor a ser pago.

Art. 8º: - A despesa decorrente será atendida pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º: - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 04 de setembro de 2000.

JACIR ANTÔNIO SALVI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS
Comissão Especial-Data: 29/09/2000
PMDB:
PPB:
PFL:
PTB:
PDT:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL

JUSTIFICATIVA:

Através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1898-1, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos legais dos dispositivos da Emenda Constitucional nº 19, aprovada em junho de 1998, fazendo retornar à situação jurídica vigente antes da Reforma Administrativa.

Desta forma, são inconstitucionais e passíveis de serem assim declaradas, todas as leis municipais que fixaram a remuneração dos agentes políticos em subsídios.

Considerando que em 01.01.2001 estará em vigor a Emenda nº 25-00, urge tomar medidas para que juridicamente retorne ao que era antes da Emenda nº 19/98.

Câmara Municipal de Vereadores, 04 de setembro de 2000.

JOÃO VITÓRIO CONCATTO
Presidente da Câmara Municipal